

Paranaguá Saneamento S.A.												
CNPJ/ME: 01.691.945/0001-60												
Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais					Demonstração dos fluxos de caixa							
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
			(reapre-sentado)	(reapre-sentado)				(reapre-sentado)	(reapre-sentado)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
												(reapre-sentado)
Circulante					Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.123	8.313	779	Fornecedores e outras contas a pagar	10	17.274	19.945	17.198			
Aplicações financeiras	7	11.008	18.499	79.024	Fornecedores - risco sacado	10	1.067	671	110			
Depósitos bancários vinculados		-	25.176	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	1.436			
Contas a receber e outros recebíveis	8	15.896	11.131	10.130	Passivo de arrendamento		1.322	925	365			
Impostos e contribuições a recuperar		1.161	1.356	3.055	Debêntures	12	41.335	62.839	39.256			
Outros ativos		4.024	1.829	1.949	Obrigações fiscais		1.671	1.978	2.059			
Total do ativo circulante		35.212	66.304	94.937	Outras obrigações		3.512	2.814	2.904			
Não circulante					Total do passivo circulante		66.181	89.172	63.328			
Realizável a longo prazo					Não circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	57.453	44.872	32.244	Fornecedores e outras contas a pagar	10	2.926	-	424			
Outros ativos		959	955	955	Empréstimos e financiamentos	11	174.823	144.577	175.314			
Total do realizável a longo prazo		58.412	45.827	33.199	Passivo de arrendamento		202	24	-			
Imobilizado		3.534	3.939	3.621	Debêntures	12	300.823	281.739	295.141			
Ativos de direito de uso		1.512	934	360	Provisão para perdas com causas judiciais	13	1.703	1.089	808			
Intangível e ativo de contrato	9	421.693	398.359	376.099	Outras obrigações		-	36	205			
Total do ativo não circulante		485.151	449.059	413.279	Total do passivo não circulante		480.477	427.465	471.892			
					Total do passivo		546.658	516.637	535.220			
					Passivo a descoberto							
					Capital social	14 a.	78.236	78.236	28.236			
					Prejuízos acumulados		(104.531)	(79.510)	(55.240)			
					Total do passivo a descoberto		(26.295)	(1.274)	(27.004)			
					Total passivo e do passivo a descoberto		520.363	515.363	508.216			
Total do ativo		520.363	515.363	508.216								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstração do resultado												
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais												
		Nota	31/12/2025	31/12/2024	Demonstração do resultado abrangente							
				(reapre-sentado)	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
							31/12/2025	31/12/2024				
								(reapresentado)				
Receita operacional líquida	3	155.630	141.266	141.266	Prejuízo do exercício		(25.021)	(24.270)				
Custo dos serviços prestados	4	(99.821)	(93.840)	(93.840)	Outros resultados abrangentes		-	-				
Lucro bruto		55.809	47.426		Resultado abrangente total		(25.021)	(24.270)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstração das mutações do patrimônio líquido												
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais												
		Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	patrimônio	Total do						
					líquido							
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - originalmente apresentados	14	28.236	(54.284)	(26.048)								
Ajustes no prejuízo do exercício		-	(956)	(956)								
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - reapresentado	14	28.236	(55.240)	(27.004)								
Conversão de mútuo em capital		50.000	-	50.000								
Prejuízo do exercício		-	(24.270)	(24.270)								
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - reapresentado	14	78.236	(79.510)	(1.274)								
Prejuízo do exercício		-	(25.021)	(25.021)								
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14	78.236	(104.531)	(26.295)								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais												
1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Informações gerais: A Paranaguá Saneamento S.A. ("Companhia"), está localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. A controladora direta da Companhia é a Igua Saneamento S.A. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de março de 2026. 1.2. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, compreendendo o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, incluindo a captação, tratamento e distribuição de água, bem como a coleta, tratamento e disposição final de esgotos, além da operação, conservação e manutenção dos respectivos sistemas. A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996, com a celebração do Contrato de Subconcessão para a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico no perímetro urbano do Município de Paranaguá, Estado do Paraná. Em maio de 2008, o controle acionário da Companhia foi adquirido pela Igua Saneamento S.A., conjuntamente com a transferência do referido contrato de subconcessão. Posteriormente, em novembro de 2011, o contrato foi aditado, com a prorrogação de seu prazo por 240 meses, passando a vigorar até o ano de 2045. 1.3. Continuidade operacional: A Administração avalia continuamente a capacidade da Companhia de manter suas operações no curso normal dos negócios, considerando sua posição financeira, liquidez, estrutura de capital e as projeções de fluxo de caixa elaboradas com base no plano de negócios da concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$30.969 (R\$22.868 em 31 de dezembro de 2024), decorrente principalmente do cronograma de serviço da dívida associado ao financiamento de longo prazo contratado para suportar os investimentos previstos no contrato de concessão. Essa estrutura de financiamento é característica de projetos de infraestrutura, nos quais a captação de recursos ocorre de forma antecipada para viabilizar a execução dos investimentos iniciais, com amortização ao longo da vida do projeto. A Administração acompanha continuamente as projeções de fluxo de caixa da Companhia, considerando o plano de investimentos, o cronograma de amortização das dívidas e a evolução da geração operacional de caixa. Nesse contexto, a controladora Igua Saneamento S.A. poderá prover suporte financeiro à Companhia, quando necessário, por meio de instrumentos usuais de financiamento intragrupo, incluindo mútuos ou integralizações de capital, com o objetivo de assegurar o adequado equilíbrio de sua estrutura de capital e o cumprimento de suas obrigações financeiras. A Companhia integra o Grupo econômico que tem histórico consolidado de acesso a diferentes fontes de financiamento no mercado de capitais e junto a instituições financeiras, além de experiência na estruturação de financiamentos de longo prazo para projetos de infraestrutura. Com base nas projeções atualizadas de fluxo de caixa, no suporte financeiro potencial da controladora e no horizonte de longo prazo da concessão, a Administração concluiu que a Companhia possui condições adequadas para manter suas operações no curso normal dos negócios, não tendo identificado, na data-base destas demonstrações financeiras, incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais - 2.1 Base de elaboração: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas normas aplicáveis, e são apresentadas em milhares de reais. A Companhia possui um único segmento operacional, correspondente à prestação de serviços de saneamento básico no âmbito do contrato de concessão. 2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). • Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao OPCP 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.												
Pronunciamento Descrição Aplicação												
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7												
Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros												
Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa												
Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais												
Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras												
Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações												
IFRS 19												
A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 38, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Em relação às demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Reforma tributária: Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS, e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva. A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes. 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais: Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente: (i) à mensuração das receitas não faturadas; (ii) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato; (iii) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas; (iv) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros; (v) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão; e (vi) à provisão para perdas com causas judiciais. As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia. Adicionalmente, durante o exercício de 2025, a Administração revisou parâmetros e premissas utilizados na mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e nos critérios relacionados à avaliação da expectativa de realização das receitas reconhecidas. Essa revisão decorre do aprimoramento contínuo dos modelos de estimativa adotados pela Companhia, com base na evolução do histórico de inadimplência, no comportamento recente da base de clientes e na maturidade operacional das concessões. A revisão realizada resultou em atualização das estimativas utilizadas na mensuração desses saldos, sendo seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva nas demonstrações financeiras do exercício corrente. 2.5 Reapresentação das demonstrações financeiras: A Administração da Companhia identificou erros contábeis que afetam os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos aos exercícios findos nessas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras de acordo com o previsto no CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia identificou que determinadas premissas utilizadas para a capitalização de gastos registrados no ativo intangível apresentavam natureza mista, podendo ser classificadas tanto como despesas de capital (capex) quanto como despesas operacionais (opex), o que demandou o exercício de julgamento contábil. Após revisão dos critérios aplicados, a Companhia constatou erros de contabilização, que estão sendo corrigidos e reapresentados nestas demonstrações financeiras. As correções foram efetuadas mediante a reapresentação das rubricas impactadas, conforme descrito a seguir:												
Impacto no resultado												
Receita operacional líquida												
Custo dos serviços prestados												
Lucro bruto												
Despesas operacionais												
Despesas administrativas e gerais												
Outras receitas líquidas												
Lucro antes do resultado financeiro líquido												
Receitas financeiras												
Despesas financeiras												
Resultado financeiro líquido												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social												
Imposto de renda e contribuição social diferidos												
Prejuízo do exercício												
Outros resultados abrangentes												
Resultado abrangente total												
Fluxo de caixa das atividades operacionais												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social												
Ajustes para:												
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa												
Depreciação e amortização												
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento												
Provisão para perdas com causas judiciais												
Encargos e variações monetárias, líquidas												
Variações em:												
Contas a receber e outros recebíveis												
Impostos e contribuições a recuperar												
Outros ativos												
Fornecedores e outras contas a pagar												
Outras obrigações												
Obrigações fiscais												
Caixa gerado pelas operações												
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis												
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento												
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais												
Fluxo de caixa das atividades de investimento												
Aquisições de ativo imobilizado												
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato												
Depósitos bancários vinculados												
Aplicações financeiras												
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento												
Fluxo de caixa das atividades de financiamento												
Debêntures e partes relacionadas tomadas												
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento												
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento												
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa												
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa												
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro												
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro												
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												

Ativo		Valores originalmente apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
		01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024
Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	779	-	779
Aplicações financeiras	7	79.024	-	79.024
Contas a receber e outros recebíveis	8	10.130	-	10.130
Impostos e contribuições a recuperar		3.055	-	3.055
Outros ativos		1.949	-	1.949
Total do ativo circulante		94.937	-	94.937
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	31.752	492	32.244
Outros ativos		955	-	955
Total do realizável a longo prazo		32.707	492	33.199
Imobilizado		3.621	-	3.621
Ativos de direito de uso		360	-	360
Intangível e ativo de contrato	9	377.547	(1.448)	376.099
Total do ativo não circulante		414.235	(956)	413.279

Ativo		Valores originalmente apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.313	-	8.313
Aplicações financeiras	7	18.499	-	18.499
Depósitos bancários vinculados		25.176	-	25.176
Contas a receber e outros recebíveis	8	11.131	-	11.131
Impostos e contribuições a recuperar		1.356	-	1.356
Outros ativos		1.829	-	1.829
Total do ativo circulante		66.304	-	66.304
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	44.154	718	44.872
Outros ativos		955	-	955
Total do realizável a longo prazo		45.109	718	45.827
Imobilizado		3.939	-	3.939
Ativos de direito de uso		934	-	934
Intangível e ativo de contrato	9	400.473	(2.114)	398.359
Total do ativo não circulante		450.455	(1.396)	449.059

Total do ativo		516.759	(1.396)	515.363
-----------------------	--	----------------	----------------	----------------

3. Receita operacional líquida - 3.1. Política contábil: A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A mensuração da receita reflete o valor que a Companhia espera receber em contraprestação pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços acessórios e atividades de construção associadas ao contrato de concessão. A Administração adota critérios objetivos para avaliar a expectativa de realização financeira das receitas reconhecidas, considerando o histórico de pagamentos, o comportamento recente de adimplência e outros fatores relevantes. Quando não há expectativa razoável de recebimento, a receita previamente reconhecida é estornada. a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora. b) Contratos de concessão de serviços e construção: A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. c) Receita de serviços de operação: A receita de serviços de operação corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	(reapresentado)	(reapresentado)
Água	79.354	71.112
Esgoto	44.991	40.643
Construção	42.542	40.217
Serviços	4.763	3.840
Abatimentos e cancelamentos	(4.703)	(4.191)
Total da receita operacional	166.947	151.621
Impostos sobre serviços	(11.317)	(10.355)
Total da receita operacional líquida	155.630	141.266
4. Custos e despesas	31/12/2025	31/12/2024
Natureza dos custos e despesas por natureza	(reapresentado)	(reapresentado)
Custo de construção	(42.542)	(40.217)
Depreciação e amortização	(21.349)	(19.712)
Serviços de terceiros	(15.355)	(14.821)
Pessoal	(24.846)	(22.774)
Outorga e taxas de fiscalização	(4.786)	(4.339)
Energia elétrica	(5.026)	(4.393)
Materiais	(3.855)	(4.214)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(214)	(1.005)
Outros custos e despesas	(3.160)	(2.529)
Total	(121.133)	(114.004)
Custo dos serviços prestados	(99.821)	(93.840)
Despesas administrativas e gerais	(21.312)	(20.164)
5. Resultado financeiro - 5.1. Política contábil: Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.		
5.2. Composição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.957	1.847
Juros de aplicações financeiras	2.954	4.445
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	177	310
Outras receitas financeiras	17	23
Total	5.105	6.625
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(22.448)	(26.329)
Juros sobre empréstimos e debêntures com partes relacionadas - nota 17	(52.996)	(39.387)
Juros sobre arrendamento	(75)	(55)
Remuneração debêntures (waiver)	-	(3.205)
Comissões e despesas bancárias	(1.263)	(1.306)
Outras despesas financeiras	(654)	(627)
Total	(77.436)	(70.909)
Resultado financeiro líquido	(72.331)	(64.284)

6. Imposto de renda e contribuição social - 6.1. Política contábil: a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo si-

Passivo		Valores originalmente apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
		01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024
Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Fornecedores e outras contas a pagar	10	17.198	-	17.198
Fornecedores - risco sacado	10	110	-	110
Empréstimos e financiamentos	11	1.436	-	1.436
Passivo de arrendamento		365	-	365
Debêntures	12	39.256	-	39.256
Obrigações fiscais		2.059	-	2.059
Outras obrigações		2.904	-	2.904
Total do passivo circulante		63.328	-	63.328
Não circulante				
Fornecedores e outras contas a pagar	10	424	-	424
Empréstimos e financiamentos	11	175.314	-	175.314
Debêntures	12	295.141	-	295.141
Provisão para perdas com causas judiciais	13	808	-	808
Outras obrigações		205	-	205
Total do passivo não circulante		471.892	-	471.892
Total do passivo		535.220	-	535.220
Passivo a descoberto				
Capital social	14 a.	28.236	-	28.236
Prejuízos acumulados		(54.284)	(956)	(55.240)
Total do passivo a descoberto		(26.048)	(956)	(27.004)
Total do passivo e do passivo a descoberto		509.172	(956)	508.216

Passivo		Valores originalmente apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Fornecedores e outras contas a pagar	10	19.945	-	19.945
Fornecedores - risco sacado	10	671	-	671
Passivo de arrendamento		925	-	925
Debêntures	12	62.839	-	62.839
Obrigações fiscais		1.978	-	1.978
Outras obrigações		2.814	-	2.814
Total do passivo circulante		89.172	-	89.172
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	144.577	-	144.577
Passivo de arrendamento		24	-	24
Debêntures	12	281.739	-	281.739
Provisão para perdas com causas judiciais	13	1.089	-	1.089
Outras obrigações		36	-	36
Total do passivo não circulante		427.465	-	427.465
Total do passivo		516.637	-	516.637
Passivo a descoberto				
Capital social	14 a.	78.236	-	78.236
Prejuízos acumulados		(78.114)	(1.396)	(79.510)
Total do passivo a descoberto		122	(1.396)	(1.274)
Total do passivo e do passivo a descoberto		516.759	(1.396)	515.363

multaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável. Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária. **6.2. Composição:** Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo	Passivo	Resultado
	2025	2024	2025
Imposto de renda e contribuição social	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
	2025	2024	2025
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	72.802	60.584	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	3.374	4.291	-
Arrendamentos	4	5	-
Provisão para perdas com causas judiciais	579	370	-
Outras provisões	332	169	-
Custo de transação de empréstimos	-	-	117
Intangível líquido - contratos de concessão	-	-	755
Direitos a faturar	-	-	1.817
Juros capitalizados	-	-	9.655
Ágio sobre aquisições	-	-	7.294
	77.091	65.419	19.638
Compensação (b)	(19.638)	(20.547)	(19.638)
Total líquido	57.453	44.872	-

(a) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão. (b) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	31/12/2025	31/12/2024
6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva		
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(37.602)	(36.898)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa/crédito com imposto a alíquota nominal	12.785	12.545
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(263)	(37)
Outras	59	120
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	(204)	83
Imposto diferido	12.581	12.628
Alíquota efetiva	(33%)	(34%)

6.4. Expectativa de realização: Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa é de realização integral do ativo fiscal diferido antes do fim do contrato de concessão. A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no Plano de Negócios 2026-2030, que considera a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, que gerará lucros tributáveis até o final das concessões superiores ao montante total dos créditos fiscais. **7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - 7.1. Política contábil:** a) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente reversíveis em um montante conhecido de caixa. b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que a Companhia possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos			1.148	2.586
Operações compromissadas	90,36% do CDI	12,93%	1.975	5.727
Total			3.123	8.313
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento (a)	100,89% do CDI	14,44%	11.008	18.499
Total aplicações financeiras			11.008	18.499
Total			14.131	26.812

(a) Fundo de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária,

referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa n° 16.

8. Contas a receber e outros recebíveis - 8.1. Política contábil: Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no modelo de perdas esperadas, conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, considerando a avaliação de créditos individualmente relevantes e a aplicação de percentuais de perda por faixa de vencimento (*aging*), ajustados com base em informações prospectivas. **8.2. Composição do contas a receber e outros recebíveis:** As contas a receber e outros recebíveis referem-se, substancialmente, a valores a receber pela prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, bem como a outros créditos operacionais e financeiros, incluindo créditos com partes relacionadas. **Nota** **31/12/2025** **31/12/2024**

Contas a receber de saneamento e serviços	25.674	20.957
Direitos a faturar (a)	5.888	5.913
Total contas a receber	31.562	26.870
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(16.472)	(16.258)
	15.090	10.612
Operações mensais - partes relacionadas	17	1
Outros	805	516
	806	519
Total	15.896	11.131

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **8.3. Composição por vencimento do contas a receber:** A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue: **31/12/2025** **31/12/2024**

A vencer	13.952	9.589
Vencidos até 30 dias	3.495	2.740
Vencidos entre 31 e 60 dias	353	390
Vencidos entre 61 e 90 dias	237	193
Vencidos entre 91 e 120 dias	177	146
Vencidos entre 121 e 150 dias	96	98
Vencidos entre 151 e 180 dias	93	93
Vencidos acima de 181 dias	13.159	13.621
Total	31.562	26.870

8.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue: **31/12/2025** **31/12/2024**

Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	1.005
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.258
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	214
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.472

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

9. Intangível e ativo de contrato - 9.1. Política contábil: Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, substancialmente, (i) direitos de concessão adquiridos de terceiros, (ii) ativos intangíveis reconhecidos em decorrência de contratos de concessão, nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, e (iii) valores pagos a título de outorga de concessão. Em adição, a Companhia reconhece ativos de contrato relacionados a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão. Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso, e não excede o prazo final dos respectivos contratos de concessão. Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e a OCP 05, os dispêndios relacionados à construção, ampliação ou melhoria da infraestrutura concedida são reconhecidos como ativos quando representam serviços de construção com potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos com manutenção e conservação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A Administração exerce julgamento na distinção entre gastos capitalizáveis e despesas operacionais, com base na política contábil do Grupo e nos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis, avaliando, entre outros aspectos, se os dispêndios resultam em aumento de capacidade, melhoria de desempenho ou extensão da vida útil da infraestrutura concedida. Gastos que representam manutenção ou conservação da infraestrutura são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo esteja substancialmente pronto para uso, nos termos do CPC 20 (R1). Os encargos financeiros associados a captações destinadas ao pagamento de outorga não são capitalizados, por não atenderem à definição de ativo qualificável. Adicionalmente, a Companhia reconhece como ativos intangíveis determinados gastos com softwares, sistemas e projetos de desenvolvimento que não se enquadram no escopo da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, por não representarem investimentos em infraestrutura física concedida. Esses ativos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, quando atendidos os critérios de identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros, sendo amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas.

a) Valor contábil		Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024 - reapresentado		335.655	16.672	23.634	138	376.099
Adições		-	40.217	-	55	40.272
Transferências		34.130	(34.130)	-	-	-
Amortização		(16.881)	-	(1.091)	(40)	(18.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - reapresentado		352.904	22.759	22.543	153	398.359
Adições		-	42.722	-	90	42.812
Transferências		47.652	(47.652)	-	-	-
Baixas		(142)	-	-	-	(142)
Amortização		(18.202)	-	(1.091)	(43)	(19.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		382.212	17.829	21.452	200	421.693

17. Partes relacionadas - 17.1. Política: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações. Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	(Nota 8)	(Nota 8)	(Nota 10 a 12)	(Nota 10 a 12)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	379	588	(337)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	1	3	63	393	(25)
Locação de Equipamentos - Fluxx.ia	(c)	-	-	-	69	(103)
Mútuo	(d)	-	-	174.823	144.577	(28.213)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(e)	-	-	-	-	(59)
Debêntures	(f)	-	-	156.007	131.224	(24.783)
Circulante		1	3	442	23.387	-
Não circulante		-	-	330.830	253.464	-
Total		1	3	331.272	276.851	(53.461)

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração		
Diretoria	Contador	
Luís Guilherme Bruno da Silveira Bizelli	Paula Alessandra Bonin Costa Violante	Fabício dos Santos Teixeira - CRC/SP nº 1SP347408/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Paranaguá Saneamento S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças para correção de erro sobre os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23/IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto** - Por que é um PAA: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário totalizaram R\$124.345 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$111.755 mil em 2024). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve elevado volume de transações e uma base altamente pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas requer a utilização de estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, com base em premissas e julgamentos definidos pela Administração da Companhia. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) ao julgamento relevante exercido pela Administração no reconhecimento das receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo as estimativas relacionadas à mensuração da receita não faturada; e (iii) ao elevado volume de transações processadas mensalmente. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) A avaliação do desenho e da implementação, bem como a execução de testes de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento de especialistas em Tecnologia da Informação para a avaliação dos controles gerais do ambiente de TI e dos controles automatizados associados ao reconhecimento de receitas. (ii) A elaboração de projeções independentes, com base em premissas históricas de receita, volume faturado e base de clientes, e a comparação dos resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. (iii) Execução de testes substantivos sobre as receitas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reconhecidas no exercício, com o objetivo de avaliar a ocorrência e a exatidão das transações. (iv) No que se refere à estimativa da receita a faturar relacionada a volumes consumidos e ainda não faturados, a verificação dos dados, premissas e critérios adotados pela Administração, bem como da consistência desses critérios em relação ao exercício anterior, incluindo o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2025 e a realização de testes de inspeção documental, em base amostral, por meio do exame das faturas subsequentes e de sua respectiva liquidação. (v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas aos processos de reconhecimento de receitas brutas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgo-

to de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço. b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A. d) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 4% ao ano + 100% do CDI. e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 11. f) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 40.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2029, debêntures emitidas em 21 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 21 de dezembro de 2029, debêntures emitidas em 11 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2028, debêntures emitidas em 08 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 14.300 com vencimento em 08 de dezembro de 2028 e debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 18.000 com vencimento em 18 de dezembro de 2029. Todas com remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI. **17.2. Remuneração da Administração-chave:** A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da Administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

18. Seguros: A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

19. Compromissos: a) Decorrente do direito de outorga variável: Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde ao percentual de 0,5% da arrecadação obtida mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$599 (R\$543 em 31 de dezembro de 2024). b) Taxa de regulação: Refere-se a taxa que deverá ser recolhida por meio da aplicação da alíquota de 3,5% sobre o total da arrecadação obtida mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$4.196 (R\$3.804 em 31 de dezembro de 2024). c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

20. Transações não envolvendo caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa: portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do exercício:

Aquisição de intangível a prazo	31/12/2025	31/12/2024
A Companhia também realizou pagamentos referente a aquisição de intangível a prazo adquirido em exercícios anteriores:	5.678	8.559
Pagamento referente aquisição de intangível a prazo	31/12/2025	31/12/2024
	(7.647)	(8.848)

Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Manoel P. da Silva
Auditores Independentes Ltda.	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 205664/O-2

Paranagua - Balanço 2025 digital - FOLHA DO LITORAL espaço pdf

Código do documento 35fc4f43-2bfc-4cbd-a804-83f291afc248



Assinaturas



FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126

Certificado Digital

comercial@folhadolitoral.com.br

Assinou

Eventos do documento

06 Abr 2026, 15:40:43

Documento 35fc4f43-2bfc-4cbd-a804-83f291afc248 **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-06T15:40:43-03:00

06 Abr 2026, 15:42:04

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-06T15:42:04-03:00

06 Abr 2026, 15:42:18

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126

Assinou Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 189.32.27.6 (bd201b06.virtua.com.br porta: 46574). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SAFEWEB RFB v5,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE_ATOM: 2026-04-06T15:42:18-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ff1fba343594f437495a3fbaa51022e647f8a09c8a96b093a513680221a58391

(SHA512):22ec42502c6f6aa6c22db3433a690ed27ba106d2de50509b64bb947990b13ee60568f48a1902280e4c02406da5e23fc7077043769c7b5f6fc0796a9ff19489a3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.